



Relatório

Primeiro 20

Semestre 17

Balanco Patrimonial – Em Reais

CÓD.	DISCRIÇÃO DOS VERBETES	NOTA	1º SEMESTRE	
			2017	2016
	ATIVO CIRCULANTE		158.459.766,21	124.250.751,58
110	Disponibilidades	6	2.460.155,75	1.688.132,27
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		719.730,60	-
122	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros		719.730,60	-
	Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ. Derivativos	4.1	1.428.285,25	76.858.335,93
131	Carteira Própria		1.428.285,25	76.767.021,84
134	Vinculados à Prestação de Garantias		-	91.314,09
	Relações Interfinanceiras		84.767.763,88	3.267.899,42
148	Correspondentes		-	440,45
149	Centralização Financeira – Cooperativas	3.6	84.767.763,88	3.267.458,97
	Operações de Crédito		65.919.841,76	41.128.552,74
161	Operações de Crédito	4.2	69.736.364,49	44.909.186,09
169	(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	4.2.3	(3.816.522,73)	(3.780.633,35)
	Outros Créditos	4.3	2.173.259,98	918.897,09
181	Avais e Fianças Honrados		105.064,90	50.774,74
183	Rendas a Receber		859.807,86	129.474,60
187	Diversos		1.326.183,86	774.656,84
189	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(117.796,64)	(36.009,09)
	Outros Valores e Bens	4.4	990.728,99	388.934,13
194	Outros Valores e Bens		808.599,46	228.740,28
199	Despesas Antecipadas		182.129,53	160.193,85
	ATIVO NÃO CIRCULANTE		64.762.595,07	63.182.725,55
	Realizável à Longo Prazo			
	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.795.613,58	-
122	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros		1.795.613,58	-
	Títulos e Valores Mobiliários e Inst. Finan. Derivativos	4.1	761.116,86	6.810.656,23
131	Carteira Própria		761.116,86	6.810.656,23
	Operações de Crédito		43.531.580,68	40.555.572,67
161	Operações de Crédito	4.2	43.531.580,68	40.555.572,67
	Investimentos	4.5.a	4.713.463,87	4.584.956,69
316	Participações em Cooperativa Central de Crédito		4.432.306,23	4.386.238,78
317	Participações Inst. Financeira Controlada por Coop. de Crédito		281.157,64	198.717,91
324	Imobilizações em Curso		3.034.605,24	143.957,69
	Imobilizado de Uso	4.5.b	10.915.031,49	11.078.282,27
324	Imóveis de Uso		5.467.576,17	5.462.683,34
325	Outras Imobilizações de Uso		7.817.517,56	7.192.163,30
329	(Depreciações Acumuladas)		(2.370.062,24)	(1.576.564,37)
351	Intangível	4.5.c	11.183,35	9.300,00
	TOTAL DO ATIVO		223.222.361,28	187.433.477,13

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Balanco Patrimonial – Em Reais

CÓD.	DISCRICÃO DOS VERBETES	NOTA	1º SEMESTRE	
			2017	2016
	PASSIVO CIRCULANTE		182.553.316,21	145.626.570,23
	Depósitos	4.6	147.701.900,56	132.747.284,68
411	Depósitos à Vista		19.073.061,33	14.734.320,59
414	Depósitos à Prazo		128.628.839,23	118.012.964,09
	Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias e Hipotecárias, Debêntures e Similares		3.991.928,99	-
432	Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio		3.991.928,99	-
	Relações Interfinanceiras		25.441.030,69	7.454.045,69
443	Obrigações por Repasses Interfinanceiros	4.7.1	25.441.030,69	7.453.730,26
444	Correspondentes		-	315,43
	Relações Interdependências		176,19	9.200,00
451	Recursos em Trânsito		176,19	9.200,00
	Obrigações por Empréstimo	4.7.2	602.810,47	867.854,62
462	Empréstimos no País – Outras Instituições		602.810,47	867.854,62
	Obrigações por Repasses do País	4.7.2	-	404.127,73
472	Outras Instituições		-	404.127,73
	Outras Obrigações	4.8	4.815.469,31	4.144.057,51
491	Cobrança e Arrecadação Tributos e Assemelhados		203.135,53	266.536,74
493	Sociais e Estatutárias		969.137,32	995.334,08
494	Fiscais e Previdenciárias		332.946,47	259.895,82
495	Negociação e Intermediação de Valores		30.187,97	11.163,79
503	Diversas		3.280.062,02	2.611.127,08
	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.824.754,21	11.852.046,36
	Exigível à Longo Prazo			
	Relações Interfinanceiras	4.7.1	5.330.411,19	10.044.593,92
443	Obrigações por Repasses Interfinanceiros		5.330.411,19	10.044.593,92
	Obrigações por Repasses do País	4.7.2	494.343,02	1.807.452,44
472	Outras Instituições		494.343,02	1.807.452,44
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.9	34.844.290,86	29.954.860,54
	Capital	4.9.1	17.826.881,09	15.851.600,80
605	De Domiciliados no País		18.488.579,16	16.816.450,44
608	(Capital a Realizar)		(661.698,07)	(964.849,64)
	Reservas de Sobras	4.9.2	15.585.310,40	13.369.100,24
615	Reservas de Sobras		15.585.310,40	13.369.100,24
	Sobras ou Perdas Acumuladas		1.432.099,37	734.159,50
617	Sobras ou Perdas do 1º Semestre	4.9.3	1.432.099,37	734.159,50
	TOTAL DO PASSIVO		223.222.361,28	187.433.477,13

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado do Semestre – Em Reais

CÓD.	DISCRIMINAÇÃO DOS VERBETES	NOTA	1º SEMESTRE	
			2017	2016
10	Ingressos da Intermediação Financeira		15.791.463,64	13.578.171,03
711	Operações de Crédito		10.613.138,50	8.883.899,42
715	Resultado de Operações com TVM		2.595.691,51	4.572.760,26
720	Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.582.633,63	121.511,35
15	Dispêndios da Intermediação Financeira		(8.960.044,58)	(8.327.687,42)
812	Operações de Captação no Mercado	4.6	(6.998.045,25)	(6.529.027,23)
814	Operações de Empréstimos e Repasses		(906.641,40)	(631.374,27)
820	Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa		(1.055.357,93)	(1.167.285,92)
20	Resultado Bruto da Intermediação Financeira (10 – 15)		6.831.419,06	5.250.483,61
50	Outros Ingressos/Dispêndios Operacionais		(5.326.845,94)	(4.439.505,87)
721	Ingressos de Prestação de Serviços		1.410.747,56	892.194,94
722	Ingressos de Tarifas Bancárias		195.339,19	163.393,89
822	Dispêndios de Pessoal		(3.768.192,05)	(2.912.325,58)
824	Outros Dispêndios Administrativos		(3.318.857,18)	(2.339.651,48)
826	Dispêndios Tributários		(51.908,28)	(47.267,24)
723	Result. Part. Coligadas e Controladas		82.985,24	26.244,86
725	Outros Ingressos Operacionais		263.877,07	285.091,55
832	Outros Dispêndios Operacionais		(140.837,49)	(507.186,81)
60	Resultado operacional (20 + 50)		1.504.573,12	810.977,74
65	Resultado Não Operacional		40.778,38	5.007,80
75	Resultado Antes da Tributação Sobre a Sobra e Participações (60 + 65)		1.545.351,50	815.985,54
	Resultado com Ato Cooperativo		1.242.814,11	589.352,37
	Resultado com Ato Não Cooperativo		302.537,39	226.633,17
80	Imposto de Renda e Contribuição Social		(113.252,13)	(81.826,04)
890	Provisão para Imposto de Renda		(61.820,77)	(43.298,40)
892	Provisão para Contribuição Social		(51.431,36)	(38.527,64)
90	Sobras Líquidas do Semestre (75 - 80)		1.432.099,37	734.159,50

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Totais
		Fundo Reserva Legal	Fundo de Estabilidade - FEF		
SALDO EM 30/06/2015	14.424.434,82	6.567.864,04	4.799.755,93	1.612.783,72	27.404.838,51
MUTAÇÕES EM 30/06/2016	1.427.165,98	1.258.068,48	743.411,79	(878.624,22)	2.550.022,03
Integralização de Capital	2.054.130,39				2.054.130,39
Devolução de Capital	(740.612,95)				(740.612,95)
Incorporação das Sobras	113.648,54			(113.648,54)	-
Distribuição das Sobras				(174.732,35)	(174.732,35)
Resultado do 2º Sem/2015 Com Atos Cooperativos				1.717.616,64	1.717.616,64
Resultado do 2º Sem/2015 Com Atos Não Cooperativos				100.706,70	100.706,70
Destinações Estatutárias		1.189.458,86	743.411,79	(1.932.870,65)	-
Juros Sobre Capital Próprio				(926.181,31)	(926.181,31)
Absorção dos Dispendios com FATES				322.468,06	322.468,06
Transferência para o FATES Atos Cooperativos				(148.682,36)	(148.682,36)
Transferência para o FATES Atos Não Cooperativos				(305.469,09)	(305.469,09)
Sobras Outros Exercícios		68.609,62		(68.609,62)	
Ajustes Exercícios Anteriores				(83.381,20)	(83.381,20)
Resultado 1º Sem/2016 Com Atos Cooperativo				589.352,37	589.352,37
Resultado 1º Sem/2016 Com Atos Não Cooperativo				144.807,13	144.807,13
SALDO EM 30/06/2016	15.851.600,80	7.825.932,52	5.543.167,72	734.159,50	29.954.860,54
MUTAÇÕES EM 30/06/2017	1.975.280,29	1.363.821,64	852.388,52	697.939,87	4.889.430,32
Integralização de Capital	1.062.145,68				1.062.145,68
Devolução de Capital	(303.151,57)				(303.151,57)
Incorporação das Sobras	1.216.286,18			(1.216.286,18)	-
Distribuição das Sobras				(313.783,97)	(313.783,97)
Resultado do 2º Sem/2016 Com Atos Cooperativos				2.820.201,72	2.820.201,72
Resultado do 2º Sem/2016 Com Atos Não Cooperativos				165.864,38	165.864,38
Destinações Estatutárias		1.363.821,64	852.388,52	(2.216.210,16)	-
Absorção dos Dispendios com FATES				507.203,92	507.203,92
Transferência para o FATES Atos Cooperativos				(170.477,70)	(170.477,70)
Transferência para o FATES Atos Não Cooperativos				(310.671,51)	(310.671,51)
Resultado 1º Sem/2017 Com Atos Cooperativo				1.242.814,11	1.242.814,11
Resultado 1º Sem/2017 Com Atos Não Cooperativo				189.285,26	189.285,26
SALDO EM 30/06/2017	17.826.881,09	9.189.754,16	6.395.556,24	1.432.099,37	34.844.290,86

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Demonstração de Fluxo de Caixa – Em Reais

	Descrição	30/06/2017	30/06/2016
	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
1	Sobras (Perdas) Líquidas Antes da Tributação e das Destinações	4.531.417,60	2.689.497,98
	Resultado 2º Semestre do Ano Anterior	2.986.066,10	1.873.512,44
	Resultado 1º Semestre do Ano Corrente	1.545.351,50	815.985,54
2	Ajustes Por	7.203.816,95	27.357.158,04
	Depreciação / Amortização	793.497,87	776.558,71
	(Aumento) Diminuição Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.515.344,18	-
	(Aumento) Diminuição Títulos e Valores Mobiliários Acima 90 Dias	636.694,55	(6.772.011,97)
	(Aumento) Diminuição das Operações de Créditos	(27.767.297,03)	(14.588.110,29)
	(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	(1.254.362,89)	(62.586,52)
	(Aumento) Diminuição Outros Valores e Bens	(601.794,86)	(287.497,09)
	(Diminuição) Aumento em Depósitos	14.954.615,88	46.965.247,51
	(Diminuição) Aumento em Obrig. por Emissão Letras Crédito Agron.	3.991.928,99	-
	(Diminuição) Aumento Relações Interfinanceiras	13.272.802,27	(2.906,02)
	(Diminuição) Aumento Relações Interdependentes	(9.023,81)	930,00
	(Diminuição) Aumento em Outras Obrigações	671.411,80	1.327.533,71
3	Caixa Proveniente das Operações (1 + 2)	11.735.234,55	30.046.656,02
4	Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	(113.252,13)	(81.826,04)
	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(113.252,13)	(81.826,04)
5	Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (3 + 4)	11.621.982,42	29.964.829,98
6	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(2.098.793,19)	(660.625,76)
	Investimentos	(128.507,18)	(1.327.997,36)
	Compra de Ativo Imobilizado	(2.729.280,12)	(646.145,84)
	Integralização de Capital	1.062.145,68	2.054.130,39
	Devolução de Capital	(303.151,57)	(740.612,95)
7	Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	(1.982.281,30)	1.280.172,31
	(Diminuição) Aumento em Obrigações Por Empréstimos	(265.044,15)	348.202,17
	(Diminuição) Aumento em Obrigações por Repasses no País	(1.717.237,15)	931.970,14
8	Variação no Caixa (5+6+7)	7.540.907,93	30.584.376,53
	Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	7.540.907,93	30.584.376,53
	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	79.687.011,70	49.102.635,17
	Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período (ver nota 6)	87.227.919,63	79.687.011,70

As Notas Explicativas são partes Integrantes das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – DA COOPERATIVA DE CRÉDITO E SEUS OBJETIVOS

A Cooperativa de Crédito Noroeste – SICOOB Noroeste, instituição financeira não bancária, de direito privado, regida pela legislação do Sistema Cooperativo do Brasil Lei 5.764/71, Lei 4.595/64 que criou o Sistema Financeiro, Lei Complementar 130/09 e Resolução 3.859/10 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição, a autorização, o funcionamento, as alterações estatutárias e cancelamentos de funcionamento de cooperativas de crédito. Têm por objetivo propiciar, através da mutualidade, a assistência financeira e prestação de serviços tipicamente bancários aos associados.

2 – APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estão sendo apresentadas de acordo com a legislação específica do Sistema Cooperativo, com observância das instruções do Banco Central do Brasil, previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, aplicados com uniformidade em relação ao mesmo período do exercício anterior. Sendo destacado em nota explicativa específica as mudanças ocorridas.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Apuração do Resultado

Os Ingressos e Dispendios decorrentes do Ato Cooperativo, e as Receitas, Custos e Despesas originados do Ato Não-Cooperativo são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência, em cumprimento a normas de contabilidade, ao COSIF 1.1.2.5.b e Circulares 3.020/00 e 2.682/96 do BACEN.

3.2 – Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Instituição Financeira Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimadas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

3.3 – Operações Ativas e Passivas

As operações Ativas e Passivas com encargos pós - fixados são registrados pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos pactuado inclusive atualização monetária, observada a periodicidade da capitalização contratual. Aqueles com encargos financeiros prefixados estão registrados a valor futuros, retificados por contas de rendas a apropriar ou encargos a apropriar, em contas de subgrupos internos em conformidade ao previsto no COSIF 1.1.10.6.

3.4 – Segregação do Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante e os com prazos superiores, no não circulante.

3.5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres e relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

3.6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

3.7 – Relações Interfinanceiras

Atendendo ao estabelecido na Circular 3.238/04 do Bacen, foi contabilizado no subgrupo Centralização Financeira – Cooperativas, do grupo relações interfinanceiras, o valor de R\$ 84.767.763,88 (oitenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos), referente à disponibilidade financeira da cooperativa, proveniente do saldo mantido em conta de depósito junta a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Ver Nota 6).

3.8 – Provisão para Operações de Crédito

Foi constituída com base nos parâmetros das Resoluções 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, levando-se em consideração o risco da operação, com base nos critérios de consistência, realizações e informações internas e externas.

3.9 – Provisões Trabalhistas

Os encargos com férias e 13º salário são reconhecidos por competência mensal, segundo o período aquisitivo.

3.10 – Provisões Administrativas

As despesas administrativas cumpridas em meses futuros são contabilizadas como provisões, atendendo ao regime de competência.

3.11 – Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

3.12 – Investimentos

Representados por participação societária avaliada ao custo de aquisição.

3.13 – Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações e amortizações do imobilizado de uso são calculadas pelo método linear com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimada, levando em conta as seguintes taxas anuais:

Discriminação	Taxa Ano
Imóveis de Uso	4% a.a.
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Outros	10% a.a.
Sistema de Transporte e Equipamentos de Proc. De Dados	20% a.a.

3.14 – Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercícios com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. As amortizações do intangível serão calculadas a partir do momento em que começarem a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas que levem em consideração a vida útil estimada.

3.15 – Da Tributação dos Resultados

a) Com Atos Cooperativos

Sendo nosso objetivo social regulamentado pela Lei 5.764/71, e possuímos operações, ativas e passivas somente com associados, procedemos aos cálculos de tributação de Imposto e Contribuição, conforme prevê o artigo 182 do Decreto 3.000/99 – Regulamento do Imposto de Renda – RIR e artigo 30 da Lei 11.051/04 – PIS e COFINS.

b) Com Atos Não Cooperativos

As receitas apuradas com prestação de serviços a não associados, prevista no artigo 86 da Lei 5.764/71, estão sendo tributadas conforme determina o artigo 183 do Decreto 3.000/99 e Lei 8.212/91.

4 – DEMONSTRAÇÕES DO SALDO DAS PRINCIPAIS RUBRICAS CONTÁBEIS

4.1 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Modalidades	Vencimentos			
	Até 90 Dias	De 91 a 360 Dias	Após 360 Dias	Totais
Livres				
Recibo de Depósito Cooperativo – CDI	-	1.428.285,25	761.116,86	2.189.402,11
Totais	-	1.428.285,25	761.116,86	2.189.402,11

4.2 – Operações de Crédito

4.2.1 – Composição da Carteira de Operações de Crédito

Modalidades	Vencimentos			
	Até 360 Dias	Após 360 Dias	Totais	
Adiantamento a Depositante	389.007,05	-	389.007,05	0,34%
Empréstimos e Títulos Descontados	28.058.363,08	19.780.369,86	47.838.732,94	42,24%
Financiamentos	10.698.538,84	18.098.232,47	28.796.771,31	25,42%
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	30.030.441,92	6.212.991,95	36.243.433,87	32,00%
Totais	69.176.350,89	44.091.594,28	113.267.945,17	100%

4.2.2 – Operações de Crédito Por Atividade Econômica

Sector	Valor	Part.
Sector Privado		
Pessoas Jurídicas	40.019.296,86	35,33%
Indústria	11.052.442,72	27,62%
Comércio	7.706.462,13	19,26%
Serviços	21.260.392,01	53,13%
Pessoa Física	73.248.648,31	64,67%
Totais	113.267.945,17	100%

4.2.3 – Provisão Para Operações de Crédito

De conformidade com a Resolução 2.682/99 e 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional, está sendo procedida a Provisão para operações de Créditos, observado os aspectos definidos para dimensionamento do volume necessário de provisão. Na forma que estabelece o citado instrumento, a seguir demonstramos o volume de recursos e seus respectivos valores de provisão, conforme nível de risco:

Nível de Provisão	Valor	Valor da Provisão
AA	8.060.553,86	-
A	68.924.178,59	(344.620,89)
B	25.354.220,72	(253.542,21)
C	5.668.502,60	(170.055,08)
D	1.643.595,14	(164.359,51)
E	485.189,26	(145.556,78)
F	340.804,66	(170.402,33)
G	743.048,04	(520.133,63)
H	2.047.852,30	(2.047.852,30)
Totais	113.267.945,17	(3.816.522,73)

* Resolução 3.674/08 do Conselho Monetário Nacional.

4.3 – Outros Créditos

Descrição	Valor
Créditos por Avais e Fianças Honrados	105.064,90
Rendas a Receber	859.807,86
Adiantamentos e Antecipações Salariais	123.546,10
Adiantamentos de Viagem	3.460,08
Adiantamentos de Imobilizações	448.533,03
Cheques a Receber	19.650,00
Devedores por Depósitos em Garantia (<i>Ver Nota 5</i>)	525.850,02
Impostos e Contribuições a Compensar	93.918,53
Títulos e Créditos a Receber	97.224,25
Devedores Diversos - País	14.001,85
(-) Provisão para Outros Créditos	(117.796,64)
Totais	2.173.259,98

4.4 - Outros Valores e Bens

Os bens não de uso referem-se, principalmente à bens móveis e imóveis recebidos em dação de pagamentos de empréstimos, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização dos bens, com base em laudo de avaliação elaborado por empresas especializadas, quando aplicável, bem como, por materiais em estoque e serem utilizados em períodos futuros e outros dispêndios pagos antecipadamente.

Descrição	Valor
Imóveis	774.328,88
Material em Estoque	34.270,58
Dispêndios (despesas) Antecipados	182.129,53
Totais	990.728,99

4.5 – Ativo Permanente

a. Investimentos

Investimento	Tipo	Quantidade	Valor Atual Investido	% Participação No Capital da Investida
Participações Cooperativa Central de Crédito – SICOOB Central SC/RS	Cotas Partes	1.477.435	4.432.306,23	1,897241%
Participações Inst. Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito – BANCOOB.	Ações - PN	152.091	281.157,64	0,0031%
Totais			4.713.463,87	

b. Imobilizações em Curso

Imobilizações em Curso	Custo de Aquisição	Líquido
Imóveis	2.820.776,60	2.820.776,60
Móveis e Equipamentos	213.828,64	213.828,64
Totais	3.034.605,24	3.034.605,24

c. Imobilizado de Uso

Imobilizado de Uso	Custo de Aquisição	Percentual Anual Depreciação	Depreciação Acumulada	Líquido
Terrenos	1.267.112,72	-	-	1.267.112,72
Edificações	4.200.463,45	4 %	(424.671,55)	3.775.791,90
Instalações	2.466.638,72	10 %	(230.589,33)	2.236.049,39
Móveis e Equipamentos de Uso	2.453.695,29	10 %	(696.655,68)	1.757.039,61
Sistema de Comunicação	1.135.258,76	10 %	(358.442,55)	776.816,21
Sistema de Segurança	590.940,82	10 %	(184.363,42)	406.577,40
Sistema de Processamento de Dados	1.036.898,37	20 %	(406.608,60)	630.289,77
Sistema de Transporte	134.085,60	20 %	(68.731,11)	65.354,49
Totais	13.285.093,73		(2.370.062,24)	10.915.031,49

d. Intangível

Intangível	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Líquido
Outros Ativos Intangíveis	12.200,00	(1.016,65)	11.183,35
Totais	12.200,00	(1.016,65)	11.183,35

4.6 – Depósitos

- Os depósitos à vista não são remunerados.
- Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados em sua maioria com base no CDI e podem ser contratados em prazo de vencimento variados. No primeiro semestre de 2017, foram incorridos encargos financeiros no montante de R\$ 6.810.997,78, e foram registrados em dispêndios da intermediação financeira – operação de captação no mercado.

Os depósitos estão garantidos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito). Fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade, conforme seu Estatuto: I – proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II – contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III – contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do Fundo teve aprovação do Bacen através da Resolução CMN nº 4.284/2013.

4.7 – Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Debêntures e Similares

Trata-se de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que são títulos emitidos pela Cooperativa, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio. Criados pela Lei nº 11.076, esses papéis tem como atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de imposto de renda, a partir de 23 de Maio de 2013, as LCAs são cobertas pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) estão lastreadas por operações de Cédula de Crédito Bancário (CCB), essas operações são emitidas com taxas pré e pós fixadas e totalizaram R\$ 3.991.928,99, em 30 de Junho de 2017.

4.8 – Repasses Interfinanceiros e Obrigações por Empréstimos e Repasses

Compostas, substancialmente, por recursos captados no Banco Cooperativo do Brasil e Cooperativa de Crédito Central de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, repassando aos associados, sujeitos à correção de encargos como segue:

4.8.1 – Repasses Interfinanceiros

Instituição	Finalidade	Vencimento			Total
		Data	Circulante	Não Circulante	
Banco Cooperativo do Brasil	Repasso Rural	2017 a 2021	14.104.067,66	5.030.040,01	19.134.107,67
Coop. Central de Crédito SC/RS	Repasso Rural	2017 a 2020	11.336.963,03	300.371,18	11.637.334,21
Totais			25.441.030,69	5.330.411,19	30.771.441,88

As obrigações são atualizadas: Encargos entre 1% à 9,50% a.a.

4.8.2 – Obrigações por Empréstimo e Repasses

Instituição	Finalidade	Vencimento			Total
		Data	Circulante	Não Circulante	
Coop. Central de Crédito SC/RS	Empréstimo (1)	2017	602.810,47	-	602.810,47
Banco do Brasil S/A	PESA (2)	2019	-	252.293,04	252.293,04
Coop. Central de Crédito SC/RS	Empréstimo Capital de Giro BNDES (3)	2017 a 2021		242.049,98	242.049,98
Totais			602.810,47	494.343,02	1.097.153,49

As obrigações são atualizadas:

- (1) Encargos de 0,08% a.m
- (2) Encargos do IGPM a.m.
- (3) Encargos do TJLP a.m.

4.8.3 – Obrigações por Coobrigações e por Convênio

Instituição	Finalidade	Vencimento			Total
		Data	Circulante	Não Circulante	
Banco Cooperativo do Brasil	INVESTIMENTO AGRÍCOLA (1)	2018 à 2027	7.774,84	8.876.015,58	8.883.790,42
Banco Cooperativo do Brasil	INVESTIMENTO PECUÁRIO (2)	2018 à 2027	202.835,10	16.849.793,10	17.052.628,20
Banco Cooperativo do Brasil	FINAME (3)	2019 à 2024	-	1.491.697,07	1.491.697,07
BRDE	RURAL (4)	2020 à 2026	-	2.378.065,52	2.378.065,52
BRDE	URBANO (5)	2020 à 2025	-	3.858.248,70	3.858.248,70
Totais			210.609,94	33.453.819,97	33.664.429,91

As obrigações são atualizadas:

- (1) 1% à 8,5% a.a.
- (2) 1% à 8,5% a.a.
- (3) 4,5% à 10,60% a.a.
- (4) 2% à 8,5% a.a.
- (5) 3% à 11,4% a.a.

4.9 – Outras Obrigações

Descrição	Valor
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	203.135,53
Sociais e Estatutárias	969.137,32
Fiscais e Previdenciárias	332.946,47
Negociação e Intermediação de Valores	30.187,97
Diversas	
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos - Fornecedores	236.317,26
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	65.280,40
Provisão para Pagamentos a Efetuar – Desp. de Pessoal	810.434,81
Provisão para Pagamentos a Efetuar – Outras Desp. Adm.	325.305,15
Provisão para Passivos Contingentes (<i>Ver Nota 5</i>)	691.198,78
Pagamentos e Créditos de Terceiros a Processar	848.003,75
BANCOOB – CPS Compensação	2.150,00
SICOOB Central SC/RS	63.241,74
Cheques Depositados	238.130,13
Totais	4.815.469,31

4.10 – Patrimônio Líquido

4.10.1 – Capital Social

O Capital Social está representado pela participação de 20.379 (vinte mil, trezentos e setenta e nove) associados, atingindo o montante de R\$ 17.826.881,09 (dezessete milhões, oitocentos e vinte e seis mil, oitocentos e oitenta e um reais e nove centavos).

4.10.2 – Das Reservas

a) Fundo de Reserva Legal

Constituído de acordo com o previsto no Estatuto Social artigo 108, o Fundo de Reserva Legal destina-se a reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa de Crédito, sem que haja transmissão de responsabilidades através do rateio das perdas. Foi contabilizado no grupo Reserva de Sobras, o valor de R\$ 9.189.754,16 (nove milhões, cento e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos).

b) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF

Constituído de acordo com o previsto no Estatuto Social artigo 110, o Fundo de Estabilidade Financeira visa dar lastro a eventuais deficiências financeiras da Cooperativa de Crédito, sem que haja transmissão de responsabilidades através do rateio das perdas, ao mesmo tempo em que os valores possibilitarão com que haja crescimento dos níveis de alavancagem econômica, reduzindo o grau de endividamento e equilíbrio para ponderação dos ativos de riscos. Foi contabilizado no grupo Reserva de Sobras, o valor de R\$ 6.395.556,24 (seis milhões, trezentos e noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

c) Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - F.A.T.E.S.

Constituído de acordo com o previsto no estatuto social artigo 109, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES destina-se à prestação de assistência aos dirigentes, associados e seus familiares, e aos empregados da Cooperativa de Crédito. Foram contabilizadas no grupo Outras obrigações Sociais e Estatutárias, no Passivo, o valor de R\$ 685.395,24 (seiscentos e oitenta e cinco mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos), sendo que R\$ 374.720,73 (trezentos e setenta e quatro mil, setecentos e vinte reais e setenta e três centavos) proveniente do resultado de atos cooperativo e R\$ 310.671,51 (trezentos e dez mil, seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos) proveniente do resultado de atos não cooperativo, conforme prevê o artigo 113 do Estatuto Social.

4.10.3 – Do Resultado do Semestre

As sobras do 1º semestre de 2017 no valor de R\$ 1.432.099,37 (um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil, noventa e nove reais e trinta e sete centavos) permanecerão na conta Sobras ou Perdas do 1º Semestre, de forma acumulada até 31-12-2017 quando deverão sofrer as devidas reduções e destinações estatutárias.

5 – PASSIVOS CONTIGÊNTES

As contingências com PIS e COFINS existente até dezembro/2004, acham-se cobertas por depósitos judiciais específicos, no valor de R\$ 58.337,41 (cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos) para o PIS e de R\$ 467.512,61 (quatrocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e doze reais e sessenta e um centavos) para a COFINS, julgando suficientes à cobertura de eventuais desembolsos.

6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades, títulos e valores mobiliários - TVM e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração do fluxo de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	Valor
Disponibilidade	
Caixa e Depósitos Financeiros	2.460.155,75
Relações Interfinanceiras – Centralização SICOOB Central SC/RS (nota 3.7)	84.767.763,88
Totais	87.227.919,63

7 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Modalidades	Vencimentos			
	Até 90 Dias	De 91 a 360 Dias	Após 360 Dias	Totais
Garantias				
Ligadas com Garantia – Vinculados ao Crédito Rural	-	719.730,60	1.795.613,58	2.515.344,18
Totais	-	719.730,60	1.795.613,58	2.515.344,18

8 – SEGUROS CONTRATADOS

A Administração da Instituição Financeira Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

9 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas com contexto das atividades operacionais da Cooperativa Financeira e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, entre elas, o Art. 2º, parágrafo 3º da Lei Complementar 130/2009. As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias exigidas são as mesmas dos demais associados.

Descrição	Valor	Participação
Operações de Crédito	2.088.880,26	1,84%
Depósitos	2.084.356,00	1,37%
Cota Capital	298.181,25	1,67%

10 - LIMITES OPERACIONAIS

10.1 – Patrimônio de Referência / Acordo “BASILÉIA”

O patrimônio de referência da Instituição apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos seus ativos.

Descrição	Valores	
Patrimônio de Referência (PR)	34.835.344,18	100,00%
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	(21.731.584,56)	62,38%
Margem	13.103.759,62	37,62%

10.2 – Imobilização

O Imobilizado da Instituição apresenta-se compatível com a norma instituída pelo Banco Central do Brasil.

Descrição	Valores	
Limite de Imobilização	17.417.672,09	100,00%
Situação	(13.949.636,73)	80,09%
Margem	3.468.035,36	19,91%

11 – COOPERATIVA CENTRAL

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO NOROESTE - SICOOB NOROESTE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA DE CRÉDITO CENTRAL DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB NOROESTE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

12 – GERENCIAMENTO DE RISCO

12.1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional do **SICOOB NOROESTE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB NOROESTE** aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sitio eletrônico www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do **SICOOB NOROESTE** consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC), tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) são mantidas em banco de dados fornecido pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas no **SICOOB NOROESTE** sob a supervisão do SICOOB CONFEDERAÇÃO.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o **SICOOB NOROESTE** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

12.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB NOROESTE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB NOROESTE** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB NOROESTE** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

12.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB NOROESTE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB NOROESTE** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB NOROESTE** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

12.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB NOROESTE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB NOROESTE** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e

(c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

São Lourenço do Oeste / SC, 30 de Junho de 2017.

Conselho de Administração

Artêmio José Flach – Presidente
João Elias Dotto – Vice-Presidente
Erico Ecker – Secretário
Ademir da Silva – Conselheiro
Ari Salmoria dos Santos – Conselheiro
Orestes Emilio Roman – Conselheiro
Valdecir Orso – Conselheiro

Diretoria

Gilmar Aristeu Bazzo – Diretor Executivo
Artêmio José Flach – Diretor
Normides Scalsavara – Diretor

Contador

Julio Cezar de Oliveira
CRC/SC – 036444/O-2